

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

Economia e Geopolítica: As relações entre China e Angola e as novas
formas de Imperialismo
Gabriel Queiroz Parra
Prof.(a).Dr(a). Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro (SP)

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

GABRIEL QUEIROZ PARRA

ECONOMIA E GEOPOLÍTICA: AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E
ANGOLA E AS NOVAS FORMAS DE IMPERIALISMO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Rio Claro - SP

2025

P259

Parra, Gabriel Queiroz

Economia e Geopolítica: As relações entre China e Angola e as novas formas de Imperialismo / Gabriel Queiroz Parra. --

Rio Claro, 2025

34 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

1. Geopolítica. 2. Imperialismo. 3. Belt and Road. 4. China. 5.

GABRIEL QUEIROZ PARRA

ECONOMIA E GEOPOLÍTICA: AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E
ANGOLA E AS NOVAS FORMAS DE IMPERIALISMO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Comissão Examinadora

Paulo Roberto Texeira de Godoy (orientador)

Leandro Di Genova Barbeiro

Carolina Sugahara

Rio Claro, 19 de dezembro de 2025.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus ancestrais, que não conheci em matéria, mas carrego em espírito e que trilharam um caminho muito longo para minha chegada nesse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador Paulo Roberto Teixeira de Godoy, por abraçar as ideias e os planos ao entorno desse projeto. Também agradeço ao apoio de meus familiares que garantiram a possibilidade de cursar essa faculdade todos esses anos , e em especial minha cônjuge Vitoria de Barros da Paixão, nos momentos mais difíceis esteve comigo aconselhando lendo e corrigindo o mesmo trabalho.

RESUMO

O Trabalho de conclusão de curso discutiu as relações de investimentos e empréstimos chineses em Angola. Coube à investigação revelar a natureza dessa relação para comprovar uma nova forma de exploração imperialista por parte da China. Nesse sentido, foi realizada revisão bibliográfica dos clássicos no assunto. Se teve como objetivo específico definir como se dá o imperialismo atualmente em Angola, estudar o histórico da relação entre os dois países. Definir o imperialismo na atualidade e estabelecer as relações com as definições clássicas. Entender a intersecção entre os investimentos em Angola e a nova relação Imperialista, bem como analisar a geopolítica no contexto das relações China-Angola a partir de 2025. O trabalho adota como principal metodologia a revisão bibliográfica, baseando-se em obras como a “Relação de cooperação China-África: O caso de Angola” de (Dilma Esteves 2008), para entender o processo de formação dessa relação bilateral, foi utilizado(Pereira 2020), (Amado e China 2020) e (Ribeiro 2010).Para aquisição de dados comerciais, foi utilizado o Atlas Economic Complex, que fornece dados sobre as exportações de diversos países e seus destinos, juntamente com os dados emitidos pelo Banco Nacional de Angola. Quanto a aquisição de dados sobre de empréstimos e investimentos, foi utilizado o Chinese Loans to Africa Database que é alimentado pelo Global Development Policy Center laboratório legado a universidade de Boston. Para a discussão sobre imperialismo, o trabalho se pautará nas obras de Lenin (2011) “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo” e David Harvey – O Novo Imperialismo (2005).

Palavra-chave: Geopolítica. Imperialismo. Belt and Road. China. Angola.

ABSTRACT

The final project discussed Chinese investment and lending relationships in Angola. The research focused on revealing the nature of this relationship and demonstrating a new form of imperialist exploitation by China. To this end, a bibliographic review of the classics on the subject was conducted. The specific objective was to define how imperialism currently operates in Angola, study the history of the relationship between the two countries, define imperialism today, and establish relationships using classical definitions. To understand the intersection between investments in Angola and the new imperialist relationship, as well as to analyze geopolitics in the context of China-Angola relations from 2025 onwards. The work adopts a literature review as its main methodology, drawing on works such as "China-Africa Cooperative Relationship: The Case of Angola" by Dilma Esteves (2008). To understand the formation of this bilateral relationship, we used Pereira 2020, Amado and China 2020, and Ribeiro 2010. To acquire trade data, we used the Atlas Economic Complex, which provides data on exports from various countries and their destinations, along with data issued by the National Bank of Angola. As for the acquisition of data on loans and investments, we used the Chinese Loans to Africa database, which is fed by the Global Devolution Policy Center, a laboratory bequeathed to Boston University. For the discussion on imperialism, the work will be based on the works of Lenin (2011) "Imperialism: The Highest Stage of Capitalism" and David Harvey – The New Imperialism (2005).

Keywords: Geopolitics; Imperialism; Belt and Road; China; Angola.

SUMÁRIO

1 .INTRODUÇÃO	9
2 .O CONTINENTE AFRICANO E A CHINA	12
3 .RELAÇÕES BILATERAIS SINO-ANGOLANAS	16
4. IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES	20
5. CONCLUSÕES AO ENTORNO DO CAPITALISMO	27
6. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Nas relações entre Angola e China o ano de 2002 tem grande relevância, pois a partir desse período a cooperação bilateral entre as nações se estabelece e fortalece, com contrato de Cooperação para o Desenvolvimento, entre o Banco de Construção, o Banco para a Exportação e Importação Chinesas (EXIBANK) e o Estado de Angola, estimado na ordem dos 150 milhões de dólares (Mendes e Tian, 2020).

No ano seguinte, a República Popular da China (RPC) abriu uma linha de crédito de dois bilhões de dólares para investimentos em Angola, esses por sua vez encontram-se no campo da Cooperação para o Desenvolvimento chinês, na qual a única condicionante é o reconhecimento do princípio da China única, ou seja reconhecimento de todo território da China inclusive os que não são reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2001, a China iniciou uma política de externalização de suas empresas conhecida como iniciativa Going Out, na qual somente as empresas chinesas que receberam o recurso, e se tornaram as únicas responsáveis por todo projeto, desde a aquisição de materiais, transporte de maquinários até a contratação de mão de obra (Mendes e Tian, 2020). A partir disso, o país que já mantinha relações com Angola se estreitou com a maior quantidade de empresas chinesas atuantes no seu território.

Em 2015, o governo de Xi Jinping, atual presidente da China, anunciou a iniciativa Belt and Road, que têm por objetivo estabelecer por meios de diversos de investimentos uma nova rota da seda que interligam África, Europa e Ásia (Mendes

e Tian, 2020). Nesse contexto, Angola se torna prioridade no continente, por ser um dos maiores exportadores de petróleo para a República Popular da China. De acordo com a Atlas Economic Complex de 2021, o país africano exportou 60% do seu petróleo para a China, com isso é possível perceber a relação entre o petróleo e as linhas de crédito disponibilizadas ao país africano. (Pereira,2020)

Aliando as Iniciativa “Going Out”, que visará a externalização de empresas e serviços Chineses, com a Iniciativa Belt and Road, na qual Angola consistia em um grande receptor de projetos, entende-se que a China obtém maiores vantagens nessa relação do que Angola (Mendes e Tian, 2020). Ademais , mesmo que o financiamento seja disponibilizado para Angola, todo o restante gira em torno da RPC. A empresa que realizar as obras previstas na estratégia serão Chinesas, bem como o maquinário e o material, já que isso está previsto dentro da iniciativa Going Out de 2001.

É válido destacar que muitas dessas obras de infraestrutura giram em torno do extrativismo, transporte e tratamento do petróleo, que por sua vez será vendido em sua maioria para a China. Restando, ao país receptor da política a obra como concluída, e os possíveis benefícios advindos da mesma. Ao se tratar de obras Chinesas realizadas, destacam-se: A requalificação da Estrada Kifangondo-Caxito-Uíge-Negage, atribuído à China Road and Bridge Corporation; e a requalificação abastecimento de água de Caxito, realizado pela China National Electronics Import and Export Corporation 56. (Mendes e Tian, 2020, pag. 65). Destaca-se que alta demanda por petróleo e a venda de mais da metade da produção só para a China gera uma dependência de Luanda em relação a Pequim e cria uma forma de seguridade para a China que em caso de não pagamento dos empréstimos ou negociação para empréstimos futuros, pode se utilizar do petróleo como barganha.

A política externa da China, em teoria, segue um modelo de desenvolvimento win-win na qual os dois lados saem ganhando, todavia mesmo que haja um retorno considerável para Angola, não se percebe um ganho em equidade entre as duas nações, o que por sua vez leva a mais um nível de dependência angolana relativa às políticas do estado chinês. Desse modo, interessou estudar se o atual cenário da política bilateral se encaminha para uma cenário imperialista.

Pensando na teoria clássica do Imperialismo elaborada por Lênin a partir da

obra “O Imperialismo, etapa superior do capitalismo” de 1917 é possível alocar as movimentações chinesas em aspectos que levam a crer que o modelo de relação Sino-angolano pode levar ao Imperialismo, mesmo sendo do início do século passado algumas pontos da teoria de Lenin (2011) perduram até hoje, como o processo de financeirização do capital e o monopolismo, principalmente relacionado à construção civil e o vínculo com a exploração de petróleo.

Nos dias atuais esse movimento ocorre principalmente por meio de relações de influências entre os países (Dilma, 2008) , movimento esse que a RPC realiza. Como exemplo, se tem o caso de um empréstimo realizado por Angola de dois Bilhões de dólares em 2004, na qual a contrapartida exigida pela RPC foi a de que Angola garantisse 10.000 barris de petróleo/dia para a China, independente das oscilações de preço. Ou seja, não necessariamente se ocorre a partilha física do mundo, mas com certeza o aumento de pressão política a partir dos investimentos, para o favorecimento da China em detrimento de outros países, faz com que essa partilha geopolítica se concretize. O interesse da pesquisa é encontrar materiais que comprovem a tendência de uma nova perspectiva sobre a China e suas relações com Angola. Nesse sentido, trazendo as definições clássicas sobre o Imperialismo adequados à realidade atual da relação, a pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica de obras nas áreas de geopolítica, economia e relações internacionais. A pesquisa se delimita no país lusófono, pelas fortes relações com a China e cada dia tomam um novo caráter, e representam um bom recorte do que pode estar acontecendo em outras partes do continente africano.

O objetivo principal do presente trabalho foi entender como se dão os financiamentos e investimentos entre a China e os países africanos, levando em consideração o aumento de investimentos chineses no continente Africano desde o início do século. Sendo a China uma potência, interessou investigar como atuais os investimentos e projetos, moldam as relações entre Angola e China.

Dentre os objetivos específicos estavam, estudar o histórico da relação entre os dois países, entender a intersecção entre os investimentos em Angola e a possibilidade de uma nova relação Imperialista, bem como analisar a geopolítica no contexto das relações China-Angola a partir de 2025.

O trabalho adota como principal metodologia a revisão bibliográfica,

baseando-se em obras como a “Relação de cooperação China-África : O caso de Angola” de (Dilma Esteves 2008), para entender o processo de formação dessa relação bilateral, passando por uma artigos como os de (Pereira 2020), (Amado e Chian 2020) e (Ribeiro 2010) que embasam e atualizam a discussão do destino dos investimos, bem como o comportamento dos mesmo. Para melhor delimitar a pesquisa foi escolhido Angola. Isso se dá pela posição estratégica do país em relação a política externa Chinesa, por ser um dos maiores exportadores de petróleo para a China nos últimos anos (Mendes e Tian, 2020). O que faz, por sua vez, o direcionamento dos investimentos para Angola. Para a discussão sobre imperialismo, o trabalho se pautará nas obras de Lenin (2011) "Imperialismo Fase Superior do Capitalismo" e David Harvey – O Novo Imperialismo (2005) – para entender se a relação que se dá atualmente é uma relação imperialista, e como ela se dá, em particular, entre a China e Angola.

2. O CONTINENTE AFRICANO E A CHINA

Para o entendimento das relações entre Angola e China de forma completa, é necessário observar, inicialmente, como o país asiático começou a se relacionar com o continente africano. Para a elaboração da discussão deste capítulo e dos subsequentes, foi utilizado o livro Relação de Cooperação China-África: O Caso de Angola, da autora Dilma Esteves (2008).

Para maior contextualização do momento histórico pelo qual passava o continente africano, é necessário considerar a situação polarizada em que os países se encontravam: os que já haviam conquistado suas independências; os que ainda permaneciam sob regime de dominação colonial; os que estavam sob influência dos Estados Unidos; os que estavam sob influência soviética; e, por fim, os não alinhados.

Nesse contexto, destaca-se o evento ocorrido entre 18 e 24 de abril de 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, que representou um importante marco para os países subdesenvolvidos africanos. De forma simbólica, o evento trouxe esperança aos países recém-independentes e serviu como incentivo aos que ainda permaneciam colonizados, diante de um cenário mundial de isolamento (Esteves,

2008). Pela primeira vez, surgia o movimento dos países “não alinhados”, interessados em manter relações políticas e comerciais fora da esfera de influência da dicotomia promovida pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

Juntamente com o fim do isolamento diplomático chinês, iniciou-se a disseminação de uma política externa que visava a uma nova ordem econômica mundial, baseada na igualdade entre países (Moreira, 2016). Essa política fundamentava-se nos cinco princípios de coexistência pacífica: “respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada país; não agressão; não intervenção em assuntos internos; igualdade; e benefícios mútuos” (ESTEVEES, 2008, p. 57).

É válido destacar que nesse período histórico, a China não possuía o capital financeiro e a influência que detém atualmente. Assim, os anos seguintes da relação África-China foram marcados, na década de 1970, pelo apoio chinês às independências no continente, seguidos de um período de esfriamento das relações, em razão da necessidade da China em atrair recursos estrangeiros durante a década de 1980. Já a década de 1990 representou um período de reaproximação, intensificado nos anos 2000, devido ao vácuo de poder deixado no continente pela dissolução da União Soviética (ESTEVEES, 2008).

Essa movimentação, no final do século XX, levou à criação do Fórum de Cooperação China-África, no ano 2000. Entre 10 e 12 de outubro ocorreu a primeira Conferência Ministerial para Cooperação China-África, (ESTEVEES, 2008). A conferência originou dois documentos: o Manifesto de Pequim, que expressava a manifestação e os anseios políticos dos participantes — pautado na refutação da necessidade de liberalização política e de reformas econômicas propostas pelo Ocidente em ocasiões neoliberais, como o Consenso de Washington — e o *Programa do Fórum para a Cooperação do Desenvolvimento Socioeconômico*, voltado à prática, abrangendo investimentos, cooperação financeira, alívio ou cancelamento das dívidas, cooperação agrícola, recursos naturais e energéticos, educação e cooperação multilateral.

Na conferência também foi elaborado o Programa para a Cooperação China-África em Desenvolvimento Econômico e Social, que estabeleceu 10 pontos principais:

1. Reafirmação da igualdade de participação em assuntos internacionais;
2. Exaltação dos princípios da União Africana (UA), juntamente com os cinco princípios de coexistência pacífica;
3. Apelo à não proliferação nuclear e à resolução de conflitos por vias pacíficas;
4. Respeito ao papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); a posição da China como membro permanente do Conselho, com poder de veto, era de grande importância para os países africanos;
5. Direito de escolha do livre desenvolvimento;
6. Exaltação do desenvolvimento comum;
7. Reforço da cooperação regional, principalmente dentro da UA, que desempenhava o papel de mediar as relações com a China, tanto multilaterais quanto bilaterais;
8. Criação do Fundo de Solidariedade Mundial;
9. Cancelamento, redução ou alívio de dívidas — de grande relevância diante do alto nível de endividamento africano, que comprometia o futuro dos investimentos;
10. Cooperação Sul-Sul, em um gesto diplomático de reafirmação da aliança (ESTEVEES, 2008, p. 84).

Os 10 pontos e o documento, no entanto, não apresentavam medidas práticas de execução. Em síntese, o texto traz grande representatividade diplomática, elucidando, ainda que de maneira branda, demandas por independência, diálogo e reafirmação do não alinhamento às políticas neoliberais ocidentais.

Quanto aos investimentos, foram criados fundos especiais para encorajar empresas chinesas a investir em países africanos, além da concessão de linhas de crédito e facilidades de pagamento. A cooperação financeira ficou a cargo de instituições como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do qual a China já era membro não regional. Essa medida foi essencial para fortalecer as relações de crédito entre África e China no contexto do multilateralismo africano (ESTEVEES, 2008).

O alívio ou cancelamento de dívidas também foi relevante: na época, foram cancelados ou reduzidos 10 bilhões de yuans. Embora não fosse uma quantia expressiva, tinha grande valor simbólico para a comunidade internacional. No campo agrícola, a cooperação foi articulada em conjunto com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), no combate e prevenção da fome (ESTEVEES, 2008).

No que se refere a recursos naturais e energia, a cooperação priorizou a exploração de minerais, principalmente petróleo — aspecto fundamental para compreender a relação geopolítica da China com os países africanos (ESTEVEZ,2008). Sendo a China uma economia pujante e em expansão, a corrida por recursos energéticos se intensificava, considerando as reservas africanas e a possibilidade de utilizá-las como moeda de troca.

Na educação, destacava-se a oferta de 1.500 bolsas de estudo para estudantes africanos na China, além do envio de professores chineses ao continente. Já a cooperação multilateral estava centrada no desejo de reformar instituições como a ONU e o CSNU, bem como na busca por maior equidade no comércio internacional em organismos como a OMC (ESTEVEZ,2008). Houve maior ênfase na concessão de crédito e na exploração de recursos naturais do que em áreas sociais, como a educação — considerando que as 1.500 bolsas eram destinadas a todo o continente.

Dando prosseguimento ao fórum, sua segunda edição ocorreu entre 15 e 16 de dezembro de 2003, em Adis Abeba. Os principais pontos abordados foram: promoção da democratização das relações internacionais; harmonização da posição de enfrentamento à globalização; aumento da ajuda a países africanos; e a presença de uma grande delegação de investidores chineses nas áreas de construção civil, eletrônica, farmacêutica e exploração de recursos naturais. Ao final, foi firmado um acordo de 680 milhões de dólares, envolvendo 36 empresas africanas (ESTEVEZ,2008). Embora modesto se comparado a outros acordos internacionais, o evento marcou avanços significativos.

No campo diplomático e econômico, também foi projetado o Primeiro Fórum de Cooperação Econômica e Comercial China–Países de Língua Oficial Portuguesa, cuja ligação se deu por meio de Macau, território chinês de língua portuguesa.

Posteriormente, em 2006, houve um fortalecimento simbólico das relações entre a China e o continente africano, com a divulgação de um documento oficial de objetivos e metas de investimentos. Embora já atualizado em anos seguintes, o documento de 2006 permanece como referência histórica fundamental.

Segundo Esteves (2008), o documento destacou a importância do continente africano, sua disponibilidade de recursos e suas conquistas rumo à liberdade. Ressaltou, ainda, a cooperação econômica para facilitar o comércio de produtos africanos, investimentos em crédito e infraestrutura, além da cooperação para o desenvolvimento social.

A trajetória chinesa na África revela-se coesa e estrategicamente planejada. Desde o início, os objetivos da política externa chinesa estiveram claramente definidos, em contraste com outras iniciativas de cooperação, o que representou um diferencial atrativo. O documento também abordava educação, turismo, ciência, saúde e sociedade, embora tenha deixado em segundo plano o fomento a políticas ambientais de longo prazo — evidenciando a prioridade chinesa em assegurar recursos naturais.

De todo modo, o documento foi bem recebido, sobretudo por propor iniciativas inéditas em comparação com outras organizações internacionais, o que garantiu maior legitimidade aos investimentos e fortalecimento dos laços sino-africanos.

Por sua vez, no futuro próximo, China irá dar um maior enfoque nas relações bilaterais, nesse sentido Angola começa a ganhar maior destaque, e será a temática a ser tratada a frente.

3. RELAÇÕES BILATERIAS SINO-ANGOLANAS

Angola se encontra em um cenário peculiar no que se refere à cooperação chinesa, em razão de seu histórico de prolongada guerra civil. Nesse contexto, a aproximação diplomática chinesa coincidiu com o período de estabilização política interna. Em pronunciamento realizado em 2006, durante a visita do primeiro-ministro chinês a Angola, o então presidente José Eduardo dos Santos destacou a importância dos investimentos chineses para a reconstrução do país após quatro décadas de conflito (ESTEVES, 2008).

O interesse chinês em Angola se explica por alguns fatores: a exploração do petróleo, ainda pouco desenvolvida; o potencial do mercado angolano, com cerca de 36 milhões de habitantes e um PIB de 80 bilhões de dólares anuais (Banco Mundial,

2025); e, à época, a busca chinesa por apoio internacional no isolamento de Taiwan (ESTEVEES, 2008). Em contrapartida, Angola buscava crédito, cooperação técnica, intercâmbio de experiências, parcerias nas áreas militar e médica, além de apoio em instâncias internacionais como a ONU. Observa-se, nesse processo, uma tensão entre os objetivos das duas nações e as dificuldades em sua plena convergência.

O petróleo, recurso central da relação sino-angolana, já era a base do comércio entre os países desde o fim do século XX e continua sendo, até hoje, o principal elo econômico. Angola permanece como uma das economias africanas mais dependentes do petróleo: o recurso representa 28,9% do PIB e 95% das exportações do país (AFRICA DEVELOPEMENT GROUP, 2025). Destas, mais de 60% destinam-se à China (ATLAS ECONOMIC COMPLEX, 2025).

A China, segunda maior importadora de petróleo do mundo, depende desse recurso para abastecer sua economia industrial. Nesse sentido, Angola e outros países africanos representam não apenas fornecedores estratégicos de energia, mas também mercados consumidores relevantes. Tal relação cria um quadro de interdependência, no qual os investimentos chineses e a concessão de crédito tornam-se prioridade.

Embora Angola exporte predominantemente petróleo cru, já consolidou expertise na prospecção e exploração de poços, o que representa vantagem para a RPC. O país asiático também possui reservas próprias de petróleo, mas sua exploração demanda elevados investimentos em pesquisa e infraestrutura até alcançar viabilidade econômica. Assim, ainda que a importação crie dependência, mantém-se uma estratégia economicamente racional.

Cabe observar que o mercado petrolífero angolano apresenta baixa diversificação: a quase totalidade do petróleo cru é adquirida pela China, o que confere estabilidade e previsibilidade às exportações angolanas e fortalece a posição da RPC.

Segundo Esteves (2008), a exploração petrolífera em Angola ocorre, em sua maioria, por meio de *joint ventures* — associações de duas ou mais empresas com objetivos comuns (SIERRA, 1993). Nesse caso, trata-se de parcerias entre companhias chinesas e angolanas, geralmente vinculadas à Sonangol (a maior

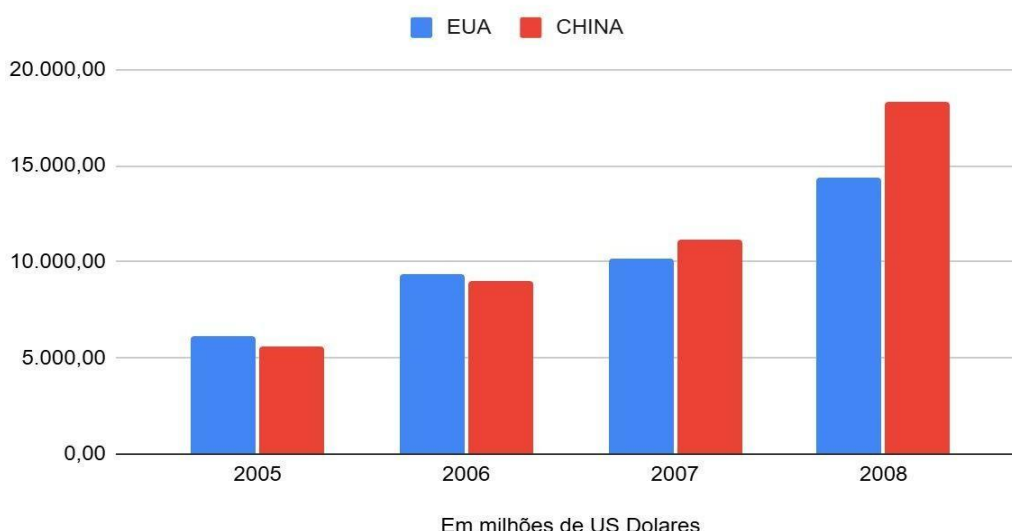
petrolífera angolana), à Petrosinha e à Sinopec. A primeira participação chinesa relevante foi em 2005, com a criação da *China Sonangol International Limited*, responsável pela exploração de 25% de dois blocos da costa angolana em regime *offshore* (exploração marítima de petróleo). Posteriormente, a petroleira chinesa expandiu sua atuação por meio da aquisição de outro campo em parceria com a British Petroleum (ESTEVEZ, 2008).

A dependência da Sonangol, incapaz de realizar sozinha a exploração em larga escala, reforçou a necessidade de parcerias externas, resultando em repartição de lucros e participação acionária com as empresas chinesas.

Em poucos anos, as petroleiras chinesas, atuando em *joint ventures*, assumiram posição de liderança na exploração petrolífera angolana. No ano seguinte ao anúncio das primeiras explorações, 2006, observou-se um aumento significativo das exportações de petróleo, como será demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico I

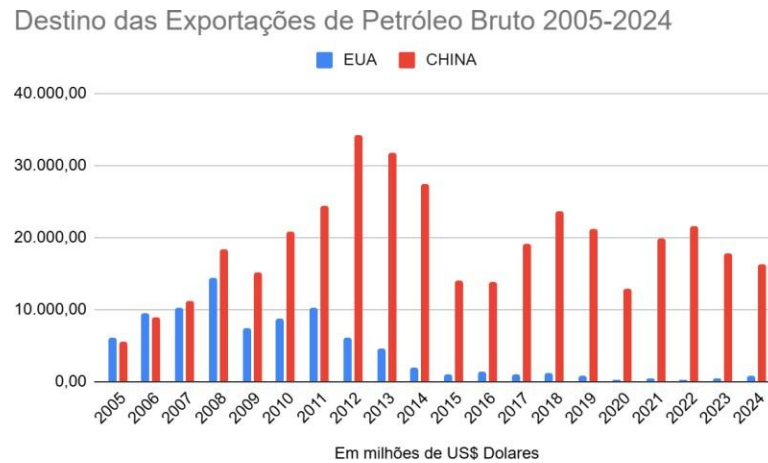
Destino das Exportações de Petróleo Bruto 2005-2008



Fontes: Banco Nacional de Angola (2025) – Elaboração própria.

Em 2007, a exportação de petróleo para a China superava a exportação para os Estados Unidos, em quase 1 bilhão de dólares. Desse ano em diante, as exportações seguiram crescendo exponencialmente em benefício do país asiático (BNA, 2025).

Gráfico- II Elaboração própria



Fonte: Banco Nacional de Angola (2025) - Elaboração própria.

O gráfico acima demonstra a proporção de importância do petróleo como item de exportação, também denota uma mudança geográfica do destino da mercadoria, que até 2006 iria para os Estados Unidos, e a partir do ano seguinte o mercado chinês passou a tomar conta. Abaixo um infográfico que demonstra a atual circunstância de Angola em relação ao seu portfólio de exportação para a China:

Imagem I



Fonte: Atlas economic complex (2025).

De início, nota-se um cenário de dependência por parte de Angola em relação à China em praticamente todos os aspectos, ao longo de décadas. Essa condição coloca o país africano em situação de vulnerabilidade interna e até mesmo em risco de sua soberania. Em um contexto de crise regional ou global no qual a República Popular da China (RCP) se posicione do lado oposto ao de Angola em um debate, o poder de barganha chinês e sua capacidade de mobilização em favor de seus interesses seriam significativamente maiores.

Ainda que Angola seja um grande exportador de petróleo para a China, não é o único fornecedor. Na verdade, Angola ocupa a 6ª posição entre os maiores exportadores de petróleo para o mercado chinês, ficando atrás de Rússia, Arábia Saudita, Iraque, Omã e Brasil (*ATLAS ECONOMIC COMPLEX*, 2025). É válido destacar que o modelo de exploração desse petróleo também favorece a China em detrimento de Angola, visto que as explorações são realizadas por meio de *joint ventures*, nas quais a China detém participação, garantindo, assim, maior capacidade de manobra política.

Esse cenário marca o início da delimitação das relações bilaterais e antecipa, ainda que de forma breve, possíveis desdobramentos na dinâmica entre os dois países. O próximo capítulo discute justamente essa questão, com foco na dependência financeira de Angola em relação à China.

4. IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES

Este capítulo dedica-se à análise dos empréstimos chineses concedidos a Angola, suas áreas de destino, credores e valores disponibilizados, também será trabalhado os métodos pelos quais esses empréstimos foram disponibilizados. Os dados foram obtidos a partir do *Chinese Loans to Africa Database* e abrangem o período de 2000 a 2023. Para análise dos programas de crédito chinês, se utilizou dos estudo de Mendes e Chian (2020) e Pereira (2020).

A partir de 2001, a China de início a uma política de externalização de suas empresas, em sua maioria empreiteiras, essa política ficou conhecida como iniciativa Going Out, na qual o governo disponibilizava aportes financeiros a empresas nacionais, para realização de obras em outros países, desse modo essas empresas

se tornavam responsáveis por todo o projeto sendo responsáveis pela aquisição de materiais transporte de maquinário e contratação de mão de obra. Por sua vez esses materiais e maquinários deveriam ser adquiridos de empresas Chinesas, a devolução dos valores investidos ocorria por parte dos governos receptores das obras (MENDES; TIAN, 2020).

Isso vai constituir as bases da disposição de crédito chinês pelo mundo. Passados 15 anos, o governo Xi Jinping, atual presidente da China, anunciou a iniciativa Belt and Road, ou a nova rota da Seda, que se constitui em um conjunto de investimentos mundiais com a função de estabelecer rotas de ligação entre a China e seus parceiros comerciais pelo mundo (MENDES , TIAN, 2020). Nesse sentido Angola não ficou de fora dessa sequência de investimento ao longo do século.

Angola se encontra em uma circunstância muito particular na qual período de análise dos dados é crucial, pois sua redemocratização bate com a data do início dos investimentos chineses oque garante maior relevância dos recursos destinados ao país, os períodos anteriores o país se encontrava em guerra civil na qual não se havia investimentos relevantes, ou dados contundentes dado a circunstância nacional (MENDES , TIAN, 2020).

Por sua vez cabe a análise a partir do século XXI. Como mencionado anteriormente, um dos primeiros empréstimos foi concedido pelo *ExIm Bank*, banco estatal chinês criado em 1994 para apoiar o comércio exterior e o investimento transfronteiriço. Em 2002, foi firmado um empréstimo no valor de 2 bilhões de dólares, concedido em duas fases, com prazo de reembolso de 17 anos — um período diferenciado em comparação ao praticado pelo FMI e por outras instituições transnacionais, que geralmente estipulam apenas 7 anos para o reembolso (ESTEVES, 2008). Já em março de 2006, o empréstimo foi renovado em mais 1 bilhão de dólares.

De acordo com Esteves (2008), nas cláusulas finais do contrato, ficou estabelecida como contrapartida a garantia, por parte de Angola, do fornecimento de 10.000 barris de petróleo por dia. Dada a instabilidade que o país enfrentava, a commodity foi adotada como mecanismo de segurança para a China (ESTEVES, 2008). Contudo, essa condicionante revela-se preocupante, sobretudo ao se considerar que, anos mais tarde, quase 60% das exportações de petróleo angolanas

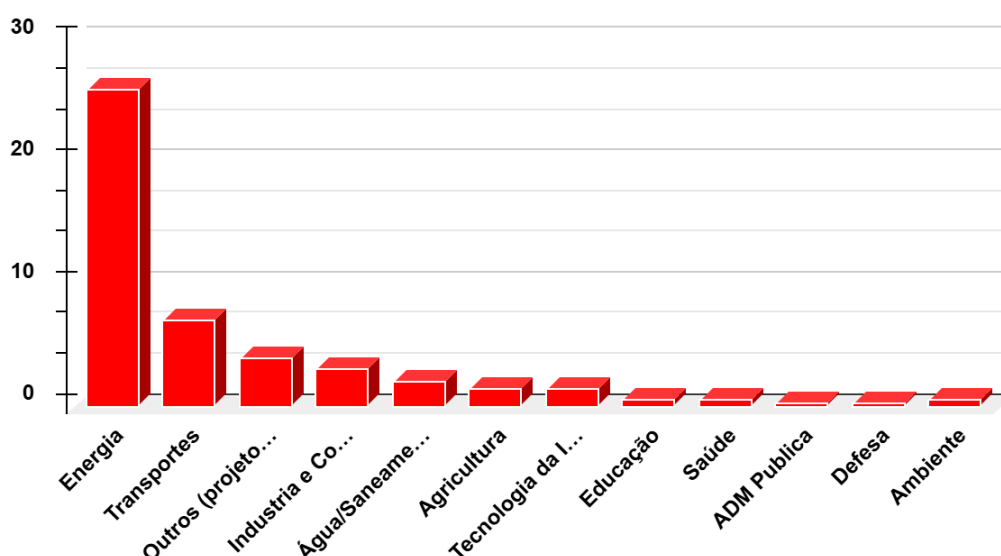
destinavam-se ao mercado chinês (*ATLAS ECONOMIC COMPLEX*, 2025), configurando uma dependência política significativa.

A partir desse momento, o mercado de crédito chinês expandiu-se em Angola, de modo que, assim como as exportações, as importações também passaram a ter a economia chinesa como principal referência. Considerando os 12 setores que mais receberam recursos provenientes de empréstimos, destacam-se na seguinte origem: Energia, Transportes, Outros (projetos de infraestrutura não especificados), Indústria e Comércio/Serviços, Água/Saneamento/Resíduos, Agricultura, Tecnologia da Informação e Comunicação, Educação, Saúde, Administração Pública, Defesa e Meio Ambiente.

Nesse sentido, os investimentos em infraestrutura energética e transporte foram priorizados em relação aos demais, totalizando, respectivamente, 25,9 bilhões de dólares e 7 bilhões de dólares. O próximo gráfico ilustra a distribuição dos demais investimentos.

Gráfico III

Proporção de empréstimo por setor (em bilhões US\$)



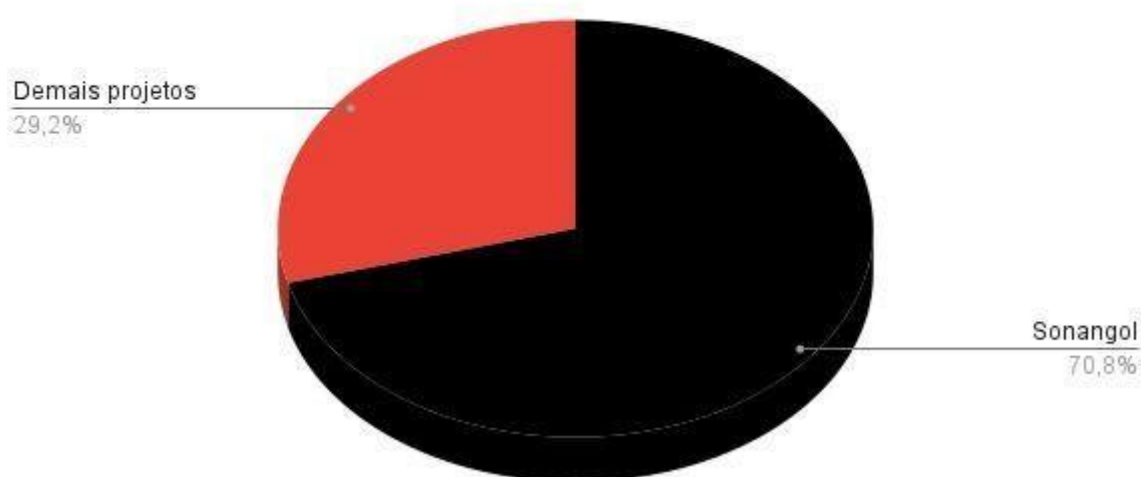
Fonte: *Chinês Loans to Africa Database* (2025) - Elaboração própria.

Como visto no gráfico, é possível identificar uma discrepância financeira entre os investimentos. Como relatado anteriormente por Esteves (2008), os investimentos chineses tiveram início após o fim da guerra civil e, conseqüentemente, no contexto da reconstrução nacional, esse fator explica o cenário de maiores aportes em áreas estratégicas, como energia, transporte e infraestrutura.

No que se refere aos investimentos energéticos, é fundamental analisar suas finalidades e aplicações:

Gráfico IV: Elaboração própria

Divisão de investimentos em energia (em bilhões de US\$)



Fonte: *Chinês Loans to Africa Database* (2025) - Elaboração própria.

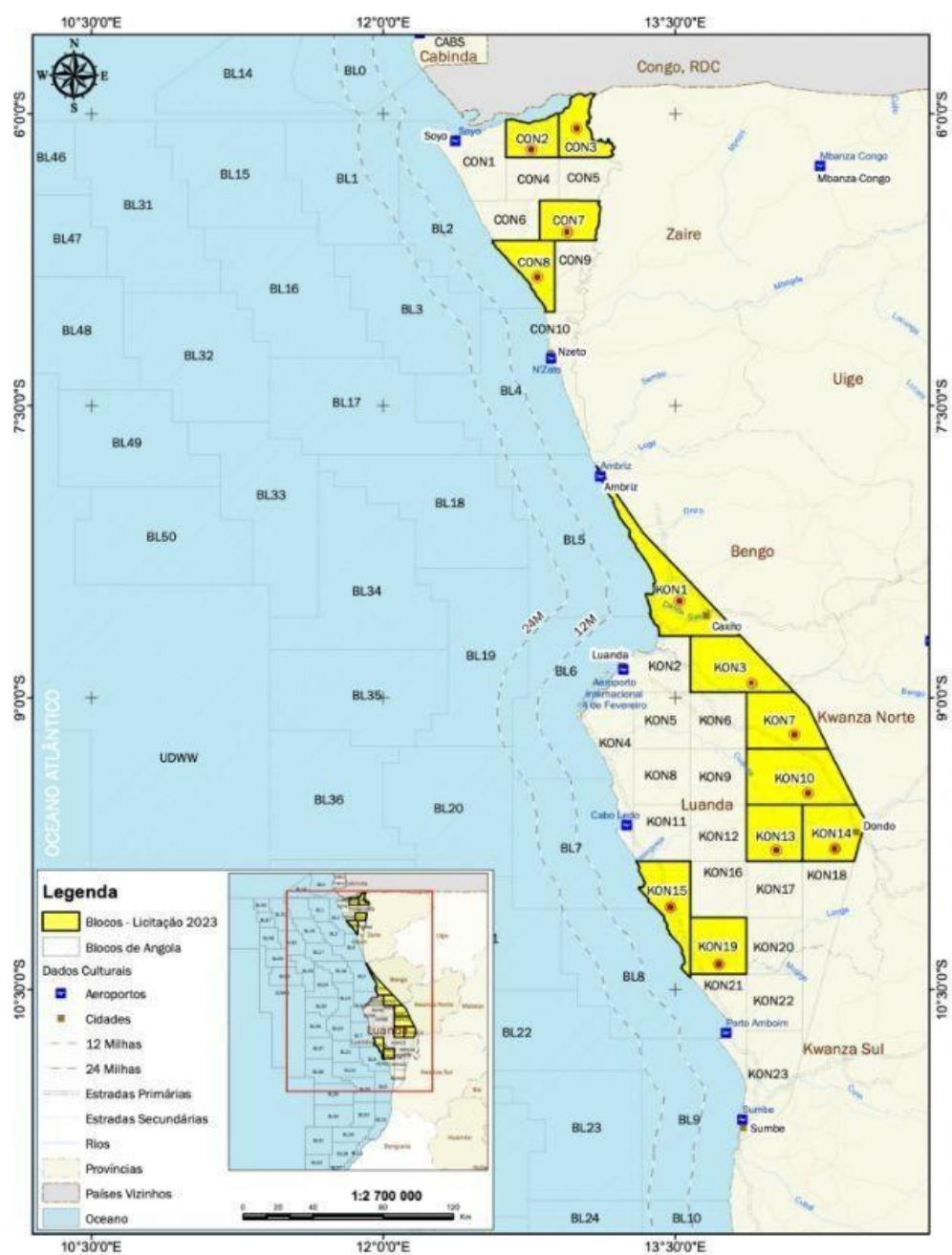
Observa-se, a partir do gráfico, a presença de investimentos estratégicos e substanciais na maior petroleira do país, a Sonangol, 70% de todo o investimento em energia no país foi destinado a empresa. Ao longo dos anos, a empresa recebeu um total de US\$ 16,7 bilhões provenientes de diversos bancos de investimento chineses. Esse montante representa mais da metade do investimento total em infraestrutura energética, reforçando, mais uma vez, a centralidade do petróleo na economia nacional ao longo da história recente.

Levando-se em consideração as vultosas quantias financeiras vinculadas à exploração do petróleo e suas discrepâncias em relação a outros setores, além da essencialidade dessa *commodity* como recurso estratégico, seria de se esperar que o país se tornasse referência em outros aspectos relacionados a essa matéria-prima. Todavia, esse cenário não se confirma quando se observam os dados apresentados pelo *Atlas Economic Complex* (2025), segundo os quais mais de 98% do petróleo angolano é exportado em estado bruto, em proporções crescentes a cada ano. Nesse sentido, conclui-se que os investimentos na área petrolífera são voltados prioritariamente para a exportação e a exploração direta do recurso. Tal dinâmica encarece o produto, uma vez que o petróleo precisa ser refinado no exterior e, posteriormente, reenviado a Angola para consumo. A caracterização dessas relações será aprofundada nos próximos capítulos.

Os demais setores, como transporte, seguem a mesma lógica de subordinação ao petróleo e à sua exportação. Ainda de acordo com o *Chinese Loans to Africa Database* (2025), dos US\$ 7 bilhões investidos nesses setores, cerca de bilhões US\$ 2,836 bilhões foram destinados à reconstituição de portos e estradas de ferro que por sua vez servem ao escoamento mineral e petrolífero.

O mapa abaixo, extraído da Associação nacional de petróleo e gás e Biocombustíveis de Angola (ANPG), ilustra os principais locais de exploração de petróleo no país, é interessante perceber as características de exploração on-shore, ou todos os blocos licitados para exploração são dentro do continente. O que por sua vez explica importância do investimento, mesmo que secundário em transporte, sobretudo nas rodovias e ferrovias ligados a capital Luanda, e os portos para escoamento da produção.

Mapa I



Fonte: Associação nacional de petróleo e gás e Biocombustíveis de Angola (ANPG)

Com os dados expostos é possível realizar uma análise crítica do que ocorre em Angola. Nesse sentido, o país recebe o empréstimo chinês, que será investido em uma empreiteira ou fabricante do país asiático, como os índices de industrialização e de exportação só tangencia praticamente o petróleo, a matéria prima, os maquinários e a estrutura para realização das obras virão também da China, tal qual a capacitação de funcionários e parte dos trabalhadores.

As obras por si só estarão diretamente ligadas a extração de matéria prima bruta, por empresas *Joint venture* fundadas em parceria com a China, e terão com maior função o escoamento desse material a baixo custo para a China. Esse material será beneficiado e exportado para Angola com um grande valor agregado. Isso fecha um ciclo produtivo que representa ganho quase total para a China, e ultrapassa as noções de uma mera relação assimétrica entre países, alcançando um nível de dependência totalizante

Nesse sentido, o próximo capítulo irá tratar especificamente das relações e possíveis concepções que caracterizaram a ideia de um novo movimento imperialista realizado por parte da China em relação a Angola e que pode vir a representar uma ameaça na isonomia de decisões Angolanas pelo cenário de dominação.

5. CONCLUSÕES AO ENTORNO DO CAPITALISMO

O capítulo em questão terá como base teórica da obra de Lênin (2021), “O imperialismo: fase superior do capitalismo”, seus conceitos fundadores e características. Também será utilizada a obra de David Harvey (2004), “O novo Imperialismo”, que aborda as noções imperialistas já no final do século XX e início do século XXI. Mesmo sendo um estudo centrado nos Estados Unidos e suas ações no Oriente

Médio, é possível observar semelhanças que ultrapassam as fronteiras originalmente propostas.

Os estudos de Lênin (2021) estabelecem as noções básicas que fundamentam o imperialismo em sua formação, sobretudo fundado em 5 pontos. A partir desses, será analisado os modos como a China passou a fazer parte dessas noções imperialistas.

Como primeiro traço, o autor relata que a concentração da produção e do capital é elevada a um grau de desenvolvimento tão alto que se chega ao estabelecimento de monopólios (LÊNIN, 2011). No caso das relações entre China e Angola, isso não se concretiza na modalidade de um monopólio, toda via majoritariamente petroleiras Chinesas irão realizar essa exploração. Como citado anteriormente, a exploração do petróleo angolano é feita essencialmente por empresas *joint ventures*, nas quais as petroleiras chinesas entram com a parte de pesquisa, exploração e posterior beneficiamento, e as empresas nacionais, como a Sonangol, disponibilizam o espaço de extração. Nesse sentido, há uma nova roupagem, mas, de fato, quem detém a exploração é a China. Não se caracteriza como monopólio, pois outras empresas podem tentar disputar o espaço majoritariamente ocupado por essas mesmas, mesmo que isso não ocorra.

As condicionantes de financiamento ao entorno de empresas chinesas já denotam o estabelecimento de monopólio na construção civil e, por sua vez, nos materiais associados.

O segundo tópico na caracterização do imperialismo trata da fusão entre o capital bancário e o capital industrial, o que, por sua vez, leva à criação do capital financeiro e de uma oligarquia financeira (LÊNIN, 2011). Como a China hoje possui uma estrutura nacional distinta de outros países capitalistas da época retrata por Lênin (2011), essa movimentação não ocorre de maneira idêntica. Todavia, como destacado anteriormente, o movimento de fornecer linhas de crédito que serão pagas por Angola a empresas nacionais chinesas, bem como os insumos e produtos relacionados, realiza a função de fusão entre o capital bancário e o capital industrial chinês. Isso garante uma maior margem de manobra em relação às exigências feitas a países como Angola, estreitando as possibilidades que o país africano poderia obter. Assim, a aliança entre empréstimos, empreiteiras e produtos chineses pode

ser caracterizada, nesse cenário, como um ciclo fechado, no qual o dinheiro gira dentro do sistema chinês.

No terceiro ponto o autor destaca que “particularmente a exportação de capitais ganha maior importância em relação à exportação de mercadorias” (LÊNIN, 2011, p. 218). No cenário angolano de relação com a China isso, mais uma vez isso se confirma, considerando os grandes aportes financeiros disponibilizados ao país, mesmo que esse venha acompanhado de reinvestimento em produtos Chineses. Ainda que a China represente um importante exportador de produtos para Angola, suas relações se mantêm mais no campo da exportação de capitais e da externalização de empresas com interesse na drenagem de recursos angolanos, do que propriamente na venda de bens. De acordo com Pereira (2020), foram 42,8 bilhões de dólares entre 2000 e 2017, fazendo de Angola o maior receptor de investimentos chineses no continente.

O quarto ponto elenca “a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si” (LÊNIN, 2011, p. 218). Nesse sentido, é importante considerar que as empresas chinesas chegaram com atraso a essa partilha — já no início do século XXI —, ficando inicialmente excluídas da lógica gerada pelo Ocidente. Isso, por sua vez, justifica a iniciativa governamental chinesa de externalizar suas empresas para territórios pouco explorados.

Por fim, o quinto ponto trata do “término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 2011, p. 218). Assim como o anterior, este também esbarra na questão temporal, pois a China não estava incluída nessa partilha. Por isso, não se aplica plenamente ao caso, mas ajuda a compreender a forma como se estruturou a política externa chinesa: voltada a mercados pouco atrativos para o Ocidente, consolidando sua presença nesses territórios e estabelecendo rotas de abastecimento para sua cadeia produtiva interna. Essas características demonstram um movimento singular em relação ao imperialismo anteriormente estabelecido.

É possível, analisar através dos 5 pontos de Lenin (2011), que na relação de Angola e China nem um dos pontos se caracteriza por completa ou plenamente, por sua vez como relatado, as contribuições de Lênin foram escritas em um contexto histórico muito anterior, mais precisamente em 1917. Esse espaço de tempo

garantiu mudanças significativas nas noções de imperialismo, sobretudo com a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, David Harvey(2004) em sua obra *O novo Imperialismo*, examina as condições do capitalismo global, sobretudo no início do século XXI, e o papel que esse “novo imperialismo” exerce na sociedade.

O novo imperialismo se estabelece em uma dialética contraditória que une a lógica territorial e a lógica capitalista. No que tange à lógica territorial, há a incumbência do Estado, expressa no exercício da diplomacia, do poderio militar e das decisões políticas em geral. Já a lógica capitalista foca nos processos de acumulação de capital, fluxos de investimento, comércio e todo o processo de neoliberalização do final do século passado (HARVEY, 2004).

Essa dialética se mantém, ainda que de forma contraditória, pois a lógica capitalista carrega um problema crônico: a superacumulação de capital. Assim, para evitar ou solucionar crises de superprodução, a lógica territorial é aplicada com o intuito de externalizar esse capital, mantendo o sistema em funcionamento. A cada vez que o sistema se satura, ele necessita ser novamente externalizado (HARVEY, 2004).

Os Estados Unidos, como citado anteriormente, expoente principal dessa política, exercem em todos os âmbitos a lógica territorial, enquanto seu mercado se incumbe da lógica capitalista.

Destaca-se, na centralidade do imperialismo promovido pelos Estados Unidos, o petróleo como produto estratégico e, por consequência, os territórios ricos nesse recurso mineral. “Quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo.” (HARVEY, 2004, p. 24).

Esse fundamento explica golpes de Estado, como o ocorrido contra o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez em 2002, e as invasões norte-americanas no Oriente Médio no final do século XX e início do XXI (HARVEY, 2004).

Além da metodologia bélica aplicada pelos EUA como prática coercitiva, o capital também exerce essa função, sobretudo na reorganização do espaço em sua

função. Basicamente, o capital influencia diretamente a produção do espaço, de modo que este possa ser constantemente alterado, permitindo a reaplicação do capital, e o alívio da superacumulação (HARVEY, 2004).

Ainda no que tange às operações geradas pelo capital com o intuito de fomentar a lógica capitalista, outra prática presente na estratégia dos Estados Unidos é a acumulação por espoliação, que dá continuidade à acumulação primitiva de capital iniciada desde o período de estabelecimento das colônias por meio da pilhagem e do saque de recursos. Essa se na atualidade manifesta através da privatização de serviços, do incentivo à mercantilização da terra e da tributação de países menos desenvolvidos, sempre com o intuito de minimizar os efeitos crônicos da superacumulação, através da usurpação de recursos e serviços de territórios externos (HARVEY, 2004).

No último capítulo, Harvey (2004) descreve os EUA como uma hegemonia decadente. Segundo o autor, a hegemonia no imperialismo se dá pelo equilíbrio entre coerção e consentimento: a coerção envolve ações militares, sanções econômicas e tarifação, enquanto o consentimento se constitui nas instituições aceitas globalmente, como o FMI e a OMC, além da adesão de elites transnacionais que legitimam o papel central dos EUA. Todavia, essa balança vem pendendo unilateralmente para o lado da coerção desde o governo Bush, configurando o “novo imperialismo” descrito por Harvey (2004).

A partir disso, é possível compreender os meios que levaram os Estados Unidos a se tornarem uma potência hegemônica desde meados do século passado. A união da lógica do capital que busca acumular, reinventar-se e reinvestir com a lógica territorial, que espolia diferentes territórios na busca incessante pelo reinvestimento do capital sobre acumulado, sustenta esse equilíbrio entre coerção e consentimento.

O tênue e instável equilíbrio do país segue pendendo para a coerção no século XXI, à medida que a China ascende como potência econômica e conquista novos territórios. Cabe, portanto, uma análise sobre como o país asiático se encaixa nessa conjuntura global o que será realizado no próximo capítulo.

6. CONCLUSÃO

Como relatado, a República Popular da China (RPC) expandiu sua presença global nos últimos 25 anos de modo acelerado, ultrapassando o papel de simples fornecedor ou comprador e assumindo o caráter de financiador em muitas nações, como no caso de Angola.

Muitas condicionantes dos empréstimos e financiamentos chineses tangenciam questões políticas ligadas ao petróleo, de modo que hoje a China aplica ativos financeiros em Angola, realiza construções de portos e rodovias para viabilizar a exportação do petróleo, realiza sua extração e ainda domina a revenda do produto com valor agregado, retornando a Angola. Os produtos básicos em parte são exportados para a China.

É possível perceber uma relação de profunda dependência de Angola em relação à China, de modo que o território nacional angolano se molda às necessidades de exportação do parceiro econômico asiático. Nesse cenário, a China exerce papel central dentro da política interna do país.

Essa profunda dependência e o cenário atual podem levar à interpretação de uma relação imperialista entre os dois países. Todavia, quando comparada à estrutura do imperialismo exercido pelos Estados Unidos, nota-se uma profunda diferença.

Ao analisar as características expostas por Lênin para descrever o imperialismo, observa-se que muitas delas se perderam no tempo em relação à China, e as que permaneceram dizem respeito principalmente a dependências econômicas, e não se encaixam precisamente nas relações exercidas pela China. Por sua vez, o capitalismo atual permeia meios muito mais coercitivos e violentos — militar e economicamente.

A China, até o momento, não exerce poder coercitivo sobre seus parceiros econômicos, seja pela diplomacia ou pela força militar. Desse modo, a lógica territorial não se aplica plenamente ao país, e a lógica capitalista tampouco se concretiza completamente, sobretudo devido ao rígido controle do Estado chinês sobre seu sistema financeiro.

Mesmo havendo empresas chinesas em território angolano no modelo de *joint venture*, essas não necessariamente espoliam capital angolano. De todo modo,

a aplicação de investimentos da China em suas próprias empresas para a realização de obras em outros países e que, por sua vez, retornam diretamente à nação constitui um tipo de reaplicação de capital sobre acumulado.

Conclui-se que a China, de fato, exerce uma relação de dominância econômica em relação a Angola. A completa dependência angolana representa graves problemas para sua economia, pois qualquer crise ou alteração nas relações bilaterais significa impactos profundos para o país africano.

Ainda assim, não é possível afirmar que essa relação se configura como imperialista, nos moldes estabelecidos pelos Estados Unidos, especialmente na atualidade. Até o momento, e com os dados disponíveis, é mais adequado caracterizar essa relação como forte dependência econômica.

É válido destacar que, caso futuramente essa dependência se intensifique, poderá haver um arcabouço teórico mais sólido para considerações precisas acerca de um possível imperialismo chinês. Todavia, caso ele se consolide, provavelmente se dará com características distintas do imperialismo norte-americano, podendo representar outra modalidade de imperialismo, adaptada à conjuntura contemporânea e à percepção da decadência do sistema vigente.

Referências

AFRICA DEVELOPMENT BANK. *República de Angola*. 2025. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras>. Acesso em: 15 maio 2025.

ATLAS ECONOMIC COMPLEX. *Atlas of Economic Complexity*. Harvard University, 2025. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em: 17 set. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Angola*. 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>. Acesso em: 8 maio 2025.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA. *Destino de exportação de petróleo bruto*. 2025. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas>. Acesso em: 10 maio 2025.

CHINESE LOANS TO AFRICA DATABASE. *Chinese Loans to Africa Database (2000–2023)*. Boston University Global Development Policy Center. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database/>. Acesso em: 17 set. 2025.

ESTEVES, Dilma. **Relação de cooperação China-África: o caso de Angola**. São Paulo: Almedina Brasil, 2008.

GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER. *Chinese Loans to Africa Database*. 2025. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MENDES, Carnem Amanda, TIAN, Xintong. **As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola**. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020.

PEREIRA, Ana Cristina. *China e Angola: investimentos, dependência e desenvolvimento*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.

SIERRA, Humberto Briseño. **El arbitraje comercial**. Ciudad de México: Limusa, 1993.